

Ontem nós ouvimos o presidente do Congo falar do Rio Congo. Pelo que sei, o Rio Congo daria para fazer pelo menos três Itaipus, a nossa maior hidrelétrica, mas não tem nenhuma porque não tem dinheiro e porque não tem financiamento.

E nós precisamos parar de, a nível internacional, fazer proletismo com recurso. ‘Ah, eu vou ajudar essa coisinha aqui, eu vou ajudar essa coisinha ali’, quando na verdade nós precisamos dar um salto de qualidade. E fazer investimento em coisas estruturantes, que mudam a vida dos países.

É por isso que estou otimista com a criação do Banco dos Brics. É por isso que estou otimista com a possibilidade de criar o Banco do Sul. É por isso que estou otimista de a gente discutir moeda de comércio. Por que que se acabou com a Organização Mundial do Comércio?

Vamos ver se todo mundo aqui se lembra como é que acabou a Organização Mundial do Comércio: tinha eleição nos Estados Unidos em 2009. E por isso o presidente Bush se afastou da OMC e o acordo que estava quase para ser feito não foi feito e nunca mais os Estados Unidos voltaram para a OMC. Eu imaginei que o Obama iria voltar assim que tomasse posse. Não voltou e a OMC hoje faz muito pouco.

É por isso que temos a volta do protecionismo. Quem é que não se lembra da discussão do G-20 em Londres, quando a gente discutia para evitar o protecionismo, quando a gente discutia que os países ricos teriam de fazer investimento nos países em desenvolvimento e nos países pobres? O que aconteceu? Os países ricos voltaram a fazer protecionismo. E estamos vendo a pobreza crescer em todos os continentes.

Eu vou dar um exemplo do meu país: eu tinha muito orgulho de ter saído do Mapa da Fome com a presidenta Dilma em 2012. E tenho muita tristeza que voltei à Presidência da República agora, o meu país estava pior do ponto de vista democrático porque tinha um fascista governando o país.

Estava pior do ponto de vista educacional porque não tinha dinheiro investido nas universidades. Estava pior do ponto de vista social porque não tinha política social. Estava pior do ponto de vista econômico.

E nós agora temos que fazer tudo o que já tínhamos feito. Tudo. Tudo o que nós fizemos entre 2003 e 2016, nós vamos ter de refazer tudo para o país voltar a crescer. A única coisa que eu quero dizer para vocês nessa reunião é que a questão climática não é uma coisa secundária. E por isso o Brasil vai levar a cabo o controle do desmatamento.

Por isso, vamos colocar isso como questão de honra, de até 2030 acabar com o desmatamento na Amazônia. O Brasil tem 30 milhões de hectares de terras degradadas, não precisa cortar uma árvore para plantar um pé de soja, um pé de milho ou criar gado. É só recuperar as terras degradadas.

E aí nós precisamos tratar dos acordos internacionais, dos acordos comerciais. Os acordos comerciais têm de ser mais justos. Estou dóido para fazer um acordo com a União Europeia. Mas não é possível. A carta adicional que foi feita pela União Europeia não permite que se faça um acordo.

Nós vamos fazer a resposta, e vamos mandar a resposta, mas é preciso que a gente comece a discutir. Não é possível que nós tenhamos uma parceria estratégica e haja uma carta adicional fazendo uma ameaça a um parceiro estratégico. Como a gente vai resolver isso?

Eu, se pudesse, ia pegar o chanceler alemão, ia levá-lo para ser ministro de Minas e Energia no meu país, para ele poder transformar todos os nossos minérios em produtos, para exportar produtos acabados, e não apenas minério.

Foi a melhor coisa que eu ouvi aqui ontem no jantar e hoje aqui nessa reunião. Porque é verdade. É verdade. Nós somos exportadores de matéria-prima e não ficamos com o resultado daquilo que nós produzimos.

Em muitos lugares do mundo, as empresas que retiram minérios sequer reflorestam a floresta. Deixam o buraco e vão embora. Então, eu quero dizer para vocês que eu voltei, depois de 13 anos, à Presidência da República. Todo mundo sabe que eu tenho 77 anos de idade.

Mas a minha vontade de fazer as coisas é como se eu tivesse 30 anos de idade. E vou entregar, meu caro Olaf Scholz, vou entregar em 2030, vou convidar vocês para irem à Amazônia, sabe, com desmatamento zero. E outra vez vamos acabar com a fome.

A Dilma sabe o que nós fizemos para acabar com a fome. Ela agora é presidenta do Banco dos Brics. Ela agora pode preparar lá a caneta para assinar uns empréstimos para o Brasil e para outros países mais pobres, porque nós vamos fazer a diferença.

E tem gente que se assusta quando eu falo que é preciso criar novas moedas para a gente fazer comércio. Eu não sei por que Brasil e Argentina têm de fazer comércio em dólar. Por que a gente não pode fazer nas nossas moedas? Não sei por que Brasil e China não podem fazer nas nossas moedas. Por que eu tenho que comprar dólar?

Então essa é uma discussão que está na minha pauta e, se depender de mim, ela vai acontecer na reunião dos Brics, que será em setembro. E vai acontecer também na reunião do G-20, porque nós vamos precisar colocar mais companheiros africanos para participar do G-20. Como vocês estão fazendo no G-7. Ou seja, esses fóruns não podem ser um grupo de luxo. A elite política. Não. Nós temos que chamar os desiguais, os diferentes, para que a gente possa atender a pluralidade dos problemas que o mundo tem.

Todos nós, todos nós temos como parâmetro o que aconteceu na União Europeia. Você sabe, Macron, que eu acho que a construção da União Europeia foi um patrimônio democrático da humanidade.

Depois de duas guerras mundiais, vocês conseguiram construir a União Europeia, conseguiram fazer um parlamento, conseguiram viver com divergência, mas discutindo as coisas democraticamente, é uma coisa que eu quero para a América do Sul. É uma coisa que eu acho que nós precisamos. A União Africana está muito mais organizada do que nós, na América Latina. Muito mais organizada. E nós queremos criar novos blocos para negociar com a União Europeia.

E aí me desculpem Banco Mundial e FMI, mas nós precisamos rever o funcionamento. É preciso ter mais dinheiro, é preciso ter novas direções, mais gente participando da direção, porque não podem ser apenas os mesmos de 1945, 1946, 1947 e 1948.

Então, querido companheiro Macron, obrigado por essa reunião, e se prepare porque eu estou com mais vontade de brigar nesses próximos três anos que vou presidir o Brasil.

Obrigado, e boa sorte.”

Assim concluiu o nosso querido presidente Lula, prezado Reis, presidente hoje. E obrigado por permitir que eu tivesse podido ler inteiramente este pronunciamento do presidente Lula, que, tal como eu, também quer acabar com a desigualdade em nosso país e, inclusive, implantar a renda básica universal e incondicional para todos os brasileiros e brasileiras.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SUPLICY - PT - Sr. Presidente, peço para que possa ser levantada a presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - É regimental o pedido de Vossa Excelência. Sras. Deputadas e Srs. Deputados, havendo acordo de lideranças, esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de segunda-feira, à hora regimental, sem Ordem do Dia.

Está levantada a sessão. Tenham todos uma boa tarde.

- Levanta-se a sessão às 15 horas e 44 minutos.

26 DE JUNHO DE 2023

67ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: LUIZ CLAUDIO MARCOLINO,
DR. JORGE DO CARMO, RUI ALVES,
PAULO FIORILO, CARLOS GIANNAZI
e EDUARDO SUPLICY

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO

Assume a Presidência e abre a sessão.

2 - DR. JORGE DO CARMO

Por inscrição, faz pronunciamento.

3 - REIS

Por inscrição, faz pronunciamento.

4 - DR. JORGE DO CARMO

Assume a Presidência.

5 - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO

Por inscrição, faz pronunciamento.

6 - EDUARDO SUPLICY

Por inscrição, faz pronunciamento.

7 - RUI ALVES

Assume a Presidência.

8 - CARLOS GIANNAZI

Por inscrição, faz pronunciamento.

9 - PAULO FIORILO

Assume a Presidência.

10 - RUI ALVES

Por inscrição, faz pronunciamento.

11 - CARLOS GIANNAZI

Assume a Presidência.

12 - PAULO FIORILO

Por inscrição, faz pronunciamento.

13 - EDUARDO SUPLICY

Por inscrição, faz pronunciamento.

14 - PRESIDENTE CARLOS GIANNAZI

Tece comentários a respeito do Plano Diretor do município de São Paulo.

15 - EDUARDO SUPLICY

Assume a Presidência.

16 - CARLOS GIANNAZI

Por inscrição, faz pronunciamento.

GRANDE EXPEDIENTE

17 - CARLOS GIANNAZI

Pelo art. 82, faz pronunciamento.

18 - CARLOS GIANNAZI

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

19 - PRESIDENTE EDUARDO SUPLICY

Defere o pedido. Endossa o pronunciamento do deputado Carlos Giannazi acerca dos subsídios fiscais concedidos à iniciativa privada. Tece considerações quanto à renda básica universal. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 27/06, à hora regimental, com Ordem do Dia. Levanta a sessão.

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Luiz Claudio Marcolino.

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior, e recebe o expediente.

Oradores inscritos no Pequeno Expediente. Com a palavra o nobre deputado Jorge do Carmo. Tem V. Exa. o tempo regimental de cinco minutos.

O SR. DR. JORGE DO CARMO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, deputado Luiz Claudio Marcolino, presidindo aqui o Pequeno Expediente nesta segunda-feira, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, público da TV Alesp, policiais presentes, assessores.

Sr. Presidente, venho a esta tribuna para falar que hoje eu estou deputado, mas moro na cidade de São Paulo, mais precisamente na Cidade Tiradentes, na periferia da cidade de São Paulo, uma região onde carece ainda, precisamos muito de infraestrutura, de melhorias da qualidade de vida, de políticas públicas, e hoje, na Câmara Municipal de São Paulo, os vereadores - deputado Reis, que já foi vereador em São Paulo - irão votar, em segunda votação, o PL 127, de 2023, que é o substitutivo de revisão do Plano Diretor da cidade de São Paulo. Eu, advogado que sou, militante do movimento de moradia, do movimento de regularização, enfim, das causas sociais, vejo com bastante preocupação e expectativa. Esperamos que essa revisão não descaracterize, ex-vereador, deputado Reis, descaracterize aquilo que foi aprovado em 2016, quando o prefeito era o Fernando Haddad.

Esperamos que se garanta aquilo que nós pensamos para uma cidade melhor, que é a cidade de São Paulo, cheia de problemas. Problemas de Habitação, problemas de Transporte, problemas de Saúde, de Educação.

Enfim, mas que cidade nós queremos? Que cidade nós planejamos? E, quando os vereadores aprovam o Plano Diretor, ou revisam, eles estão pensando, imagino, e deve ser assim, qual cidade nós queremos para os próximos 10, 15, 20 anos.

Então, a expectativa é de que a gente não descaracterize, que os vereadores não descaracterizem as conquistas. Por exemplo, o Fundurb, que é o Fundo de Desenvolvimento Urbano, que serve para melhorar o transporte, melhorar a habitação, que garanta o HIS, que é Habitação de Interesse Social, que garanta as políticas que foram definidas lá na Lei nº 16.050, de 2014, quando foi aprovado o Plano Diretor.

Então, essa é a expectativa que nós temos. Imagino que os vereadores, a bancada dos vereadores do PT está atenta a isso. Esperamos que faça uma ótima votação, e que a gente tenha uma cidade cada vez melhor, que é a cidade de São Paulo, porque nós temos muitos problemas de Habitação, de Transporte, enfim, de políticas públicas.

Mas, Sr. Presidente, também quero aproveitar a oportunidade para saudar os companheiros do Sindicato dos Policiais Ferroviários Federais do Estado de São Paulo, o Sipofoesp.

A Polícia Ferroviária Federal foi instituída há 171 anos, deputado Reis, lá ainda na época do Império, pelo Decreto Imperial nº 641, de 26 de junho de 1852, e hoje, 26 de junho de 2023, essa Polícia Rodoviária Federal incompleta 171 anos.

Os companheiros do sindicato falam que pouco têm para comemorar, e muito ainda precisa ser feito para melhorar a qualidade de vida dos policiais ferroviários federais no Brasil.

Recebi uma comissão do sindicato, representantes do sindicato, porque a luta deles é sempre em defesa, evidentemente, do transporte sobre carga, para que a Polícia Ferroviária Federal tenha qualidade no trabalho.

Recebi lá no nosso gabinete os representantes do Sindicato da Polícia Ferroviária Federal, José Índio Bernardo, Luis Roberto de Oliveira Vitorino, Adalberto Andrade, companheiro Andrade, Edilson Lima, enfim, representantes desse sindicato que pediram para que, nesta data em que poder-se-ia comemorar muitas vitórias, muitas glórias do sindicato que já existe há quase dois séculos, 171 anos, mas, segundo eles, e eu acompanho a luta deles, eles dizem “Pouco nós temos a comemorar, mas muito a fazer, a luta sempre em defesa dos trabalhadores, daquela classe tão importante para o nosso Brasil”.

Então, parabenizar os policiais ferroviários federais no Brasil e dizer que o nosso mandato, instrumento de luta, sempre é em defesa dessa categoria tão importante.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Dando sequência aos oradores inscritos no Pequeno Expediente, com a palavra o nobre deputado Capitão Telhada. (Pausa.) Com a palavra o nobre deputado Reis. Tem V. Exa. o tempo regimental de cinco minutos no Pequeno Expediente.

O SR. REIS - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Saúdo o presidente Luiz Claudio Marcolino, que está presidindo os trabalhos na data de hoje. Saúdo o deputado Jorge do Carmo, o deputado Suplicy, o deputado Carlos Giannazi, os integrantes da Polícia Civil, os integrantes da Polícia Militar, os integrantes da Polícia Penal, os integrantes da Polícia Técnico-Científica, também saúdo todos aqueles e aquelas que nos acompanham pela rede Alesp.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, hoje, na Câmara Municipal de São Paulo, nós teremos lá uma sessão solene em que vai ser entregue o prêmio, o Colar Guilherme de Almeida. É um prêmio que foi instituído por um projeto de resolução de minha autoria.

Eu, quando passei por aquela Casa, deixei três prêmios através de resolução aprovada. O que são os prêmios? Prêmio Colar Guilherme de Almeida, prêmio Heitor Villa-Lobos e o prêmio Hely Lopes Meirelles.

O Guilherme de Almeida é para premiar a cultura, a televisão, o cinema. O Heitor Villa-Lobos para premiar os projetos de música, também é de minha autoria a lei que institui o ensino de música nas escolas municipais. E o prêmio Hely Lopes Meirelles é para premiar a eficiência na gestão. Nós temos que primar por uma gestão de resultados e com eficiência.

O colar Guilherme de Almeida, Guilherme de Almeida, o poeta de São Paulo e da epopeia de 32, foi criado por meio da Resolução nº 5, de 2015, na Câmara Municipal de São Paulo, por minha iniciativa juntamente com os vereadores Toninho Paiva, do PR, em memória, e do deputado Aurélio Nomura, do PSDB.

O colar Guilherme de Almeida, o poeta de São Paulo e da epopeia de 32, visa a reconhecer anualmente, por decreto legislativo, a no máximo nove pessoas físicas e jurídicas, nacionais ou estrangeiras, que tenham prestado valiosa colaboração à literatura, ao cinema, ao teatro, à música, às artes plásticas e a outras formas artístico-culturais de manifestação, bem como a preservação e a divulgação da história da cidade de São Paulo.

Por que o nome desta premiação como Guilherme de Almeida? A premiação presta uma homenagem ao poeta e jurista, filho de Estevam de Araújo Almeida, professor de direito e juriconsulto, e de Angelina de Andrade. Foi casado com Belkiss Barroso de Almeida, de cuja união nasceu o filho, Guy Sérgio Haroldo Estevam Zózimo Barroso de Almeida, que se casou com Marina Queirós Aranha de Almeida.

Com seu irmão Tacito de Almeida (1899-1940) foi importante organizador da Semana de Arte Moderna de 22, tendo criado em 1925 a conferência para a difusão da poesia moderna, intitulada “Revelação do Brasil pela Poesia Moderna”, que foi apresentada em Porto Alegre, Recife e Fortaleza.

Foi um dos fundadores da fundação escola de sociologia e política de São Paulo, onde lecionou ciência política. Guilherme de Almeida foi ainda nos fundadores da Revista Klaxon, que visava a divulgação de ideias modernistas, tendo realizado sua capa, assim como os arrojados anúncios da Lacta para a mesma revista. Elaborou também a capa da primeira edição do livro “Pauliceia Desvaireada”, de Mário de Andrade. Foi o primeiro modernista a entrar para a Academia Brasileira de Letras, em 1930.

Combatente da Revolução Constitucionalista de 32, exilado em Portugal após o final da luta, foi homenageado com a Medalha da Constituição, instituída pela Assembleia Legislativa de São Paulo.

Sua obra maior de amor a São Paulo foi seu poema “Nossa Bandeira”. Ainda, o poema “Moeda Paulista” e a pungente oração “Ante a Última Trincheira”. É proclamado o poeta da Revolução de 32.

Escreveu a letra do Hino Constitucionalista de 1932, MMDC, “O Passo do Soldado”, de autoria de Marcelo Tupinambá, com interpretação de Francisco Alves. É de sua autoria a bellissima letra da “Canção do Expedicionário”, com música de Spartaco Rossi, referente à participação dos pracinhas brasileiros na Segunda Guerra Mundial.

Também é autor da letra do Hino da Televisão Brasileira, executado quando da primeira transmissão da Rede Tupi de Televisão, realizada por mérito de seu conchudado, o jornalista Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo. Foi presidente da Comissão Comemorativa do Quarto Centenário da Cidade de São Paulo.

Nas palavras de Marcelo Tapia: “Espírito de amplo interesse, Guilherme dedicou-se a outras artes, além da literatura e da poesia.

Desenhista amador, cultivou também a heráldica, tendo criado, entre outros, o brasão da cidade de São Paulo e da cidade de Ribeirão Preto, em parceria com Washth Rodrigues.

É de sua autoria também o brasão de Brasília, em cuja cerimônia de fundação leu sua “Prece Natalícia”, dedicada à cidade: manifestações artísticas diversas, unidas por um fim participativo, patriótico e, talvez, antes de tudo, paulista.

Encontra-se sepultado no Mausoléu do Soldado Constitucionalista de 1932, no Parque do Ibirapuera, na cidade de São Paulo, ao lado de Ibrahim de Almeida Nobre, o tribuno de 32.

A sessão solene de entrega do Colar Guilherme de Almeida, o poeta de São Paulo da Epopeia de 32, ocorrerá hoje, segunda-feira, 26 de junho, às 19 horas, no Plenário 1º de Maio, da Câmara Municipal de São Paulo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

- Assume a Presidência o Sr. Dr. Jorge do Carmo.

O SR. PRESIDENTE - DR. JORGE DO CARMO - PT - Obrigado, deputado Reis. Seguindo a lista de oradores inscritos, com a palavra o deputado Simão Pedro. (Pausa.) Deputado Major Mecca. (Pausa.) Deputada Leci Brandão. (Pausa.) Deputado Luiz Claudio Marcolino. Tem V. Exa. o tempo regimental de cinco minutos.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, funcionários e funcionárias da Assembleia Legislativa, hoje tivemos a reunião da Comissão de Finanças e Orçamento, na qual a bancada do Partido dos Trabalhadores apresentou um voto em separado ao relatório apresentado pelo relator da LDO deste ano.

Estamos falando do Projeto nº 661, de 2023. Várias emendas apresentadas, o relator acatou, não só do PT, mas do PSOL e de diversos outros partidos, mas o relatório ainda é insuficiente para a necessidade do desenvolvimento do estado de São Paulo.

Entre as diretrizes apresentadas, que a nossa bancada encaminhou, uma delas foi acatada, em relação às universidades. Hoje, a USP, a Unesp e a Unicamp recebem anualmente um percentual de 9,57 do ICMS do estado de São Paulo. O governo tinha proposto tirar esse mínimo.

É o mínimo, tem que garantir pelo menos 9,57 do recurso do ICMS. O governador Tarcísio queria retirar esse mínimo, deixando um prejuízo ou um eventual prejuízo às universidades públicas do estado de São Paulo. Uma emenda que encaminhamos foi acatada pelo relator.

Ainda em relação às universidades, tinha uma outra emenda que propunha aumentar de 10 e uma outra para 11%, esse valor do ICMS, a qual foi rejeitada pelo relator.

Uma outra também, que veta o contingenciamento, que nós sabemos que tem áreas importantes no estado de São

Paulo que não necessitam de que haja contingenciamento ao longo do exercício do Orçamento e a universidade é uma delas.

Nós fizemos aqui a Emenda nº 769, que dava esse contingenciamento, da mesma forma que nós propusemos também na Emenda nº 871 para que não houvesse contingenciamento em algumas áreas como a Cultura, que é a nº 767, na Segurança Pública, que é a nº 806, na Habitação, que é a Emenda nº 855, na Educação, que é a Emenda nº 771, que são áreas que na nossa avaliação - Cultura, Educação, Habitação, Saúde, Segurança - o estado de São Paulo não deveria mexer; não ter contingenciamento quando há a necessidade de adequação do Orçamento no Estado.

Apresentamos ainda também como emendas em relação ao lamspe. Hoje são os servidores públicos do estado de São Paulo que garantem o funcionamento do lamspe. Nós gostaríamos de ter colocado uma emenda ou, pelo menos, garantir na LDO a recomposição para garantir até que a metade do recurso que hoje paga o servidor fosse também complementado com recursos do Poder Público estadual.

Vamos imaginar que para cada 2% que o servidor do lamspe garante para manutenção do lamspe, o Estado deveria entrar com mais 2%, e o governo não aceitou a emenda que nós apresentamos, aceitou apenas uma complementação.

Caso haja déficit no lamspe, o Tesouro do Estado vai complementar o eventual déficit que venha a ter no futuro em relação ao lamspe, mas queremos melhorar essa proposta durante esta semana, que é a semana que vai debater a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Fizemos aqui outras emendas. Emendas importantes também em relação aos devedores da dívida ativa do estado de São Paulo, que ficam proibidos de receber isenção de qualquer tipo de renúncia fiscal do estado de São Paulo.

Propusemos também a Emenda 766, a 805, a 923, a 737, a 757, a 766 e a 779 para garantir a recomposição e a revisão salarial dos servidores públicos do estado de São Paulo, visto que temos muitas categorias hoje no estado de São Paulo que não tiveram a sua recomposição salarial como deveria.

Tem aqui também um debate em relação às contratações de servidores públicos no estado de São Paulo, principalmente o item de criar um mecanismo para garantir concurso público no estado de São Paulo. Então aqui são algumas das adequações que nós propusemos.

Propusemos também que como existem hoje nove regiões metropolitanas no estado de São Paulo, quatro delas inclusive sem uma regulamentação, a criação de um Fundo de Desenvolvimento Metropolitano, que faz uma alteração no Art. 22 a partir da Emenda nº 37, para garantir não só a industrialização da Região Metropolitana, tanto a questão da gestão como o transporte, e queremos que haja um processo de transparência na execução do Orçamento do Estado.

E na Emenda nº 47, vai acrescentar o Art. 23, que é para garantir uma abertura bimestral das receitas e despesas do Orçamento do Estado. Tudo isso vai garantir mais transparência e acompanhamento dos deputados e das deputadas estaduais ao Orçamento do estado de São Paulo a partir da diretriz que vai ser debatida esta semana.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - DR. JORGE DO CARMO - PT - Obrigado, deputado Luiz Claudio Marcolino. Seguindo a lista de oradores inscritos, com a palavra o deputado Delegado Olim. (Pausa.) Com a palavra a deputada Marta Costa. (Pausa.) (Pausa.) Com a palavra a deputada Valeria Bolsonaro. (Pausa.) Com a palavra a deputada Thainara Faria. (Pausa.)

Com a palavra o deputado Eduardo Matarazzo Suplicy. Tem V. Exa. o tempo regimental de cinco minutos, deputado.

O SR. EDUARDO SUPLICY - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Prezado presidente, deputado Rui Alves, quero aqui falar da importantíssima votação e debate sobre o futuro da cidade de São Paulo, que está em andamento na Câmara Municipal de São Paulo, o PL 127/23, sobre a revisão do Plano Diretor de São Paulo.

O Plano Diretor em vigor, aprovado em 2014, foi conduzido com muita seriedade, responsabilidade e paciência por seu relator, Nabil Bonduki, urbanista e professor da FAU-USP, em um processo amplamente debatido por diversas oficinas, seminários, audiências públicas, em um período muito mais extenso do que está sendo debatido o processo atual, feito muito apressadamente.

O plano em vigor foi laureado por diversos prêmios, dentre estes, por uma iniciativa conjunta da ONU-Habitat, Rede Mercocidades, Federação Latino-Americana de Cidades, Municípios e Associações Municipalistas, Governo da Espanha, Fórum Ibero-Americano de Melhores Práticas, e foi reconhecido por seu propósito de tornar a cidade mais humana, moderna e equilibrada, por meio do emprego e da moradia, para enfrentar as desigualdades socioterritoriais.

O propósito do PDE é tentar orientar o crescimento da cidade de São Paulo, mas de forma que se controle a ação do mercado imobiliário e almeje a diminuição das desigualdades socioterritoriais, aproximando emprego de moradia, melhorando, assim, questões de mobilidade urbana e também qualificando ambientalmente a cidade como um todo.

Essas são diretrizes fundamentais do plano, que estão ameaçadas por esse texto de lei que está em votação. Apesar das excelentes diretrizes, a cidade sofre muitas pressões do mercado imobiliário e o que se observou, no entanto, no tempo de vigência do PDE em vigor, segundo estudos do LabCidade, da urbanista e professora da FAU, Raquel Rolnik, que aumentou o número de unidades habitacionais em eixos de transporte, mas o mercado imobiliário encontrou subterfúgios para não construir moradia popular nestes eixos valorizados, além de conseguir meios de construir mais vagas de garagem em empreendimentos localizados nesses eixos, fato que desestimula o uso do transporte público.

O que se observou neste período, por razões diversas, para além do PDE, é que a renda está cada vez mais concentrada e o número de pessoas em situação de rua está cada vez maior.

O processo de revisão deveria, portanto, trabalhar para melhorar estes aspectos, que não foram alcançados com o PDE de 2014. Eu me aproprio das palavras do Nabil Bonduki, em reportagem da “Folha” de hoje, em que ele afirma que o plano diretor não pode ser aprovado sem o respaldo da sociedade, em um processo cuja discordância é generalizada, urbanistas, associações de bairros, movimentos sociais e cidadãos comuns.

Menciono também o artigo da mesma autoria, de 23 de maio, da “Folha”, sobre o substitutivo aprovado em primeira votação do relator vereador Rodrigo Goulart, do PSD.

Nabil Bonduki então diz que ele é muito pior, um enorme retrocesso, praticamente anula a estratégia de estruturação urbana do PDE, propondo uma verticalização de espereços sem limites, elitizando ainda mais os eixos do transporte coletivo e comprometendo definitivamente os miolos dos bairros.

Sem estudos técnicos para respaldar suas propostas, o substitutivo da Câmara descon siderou as vozes das associações de bairros e os mais de 230 estudos e pesquisas apresentados nos Fóruns SP-21, SP-23, promovidos por entidades profissionais e acadêmicas, assumindo sem pudor a maioria das sugestões da Associação Brasileira das Incorporadoras, a Abrainc, e afirma que embora o texto tenha excluído algumas excrecências da proposta anterior, criaram-se novas, como a ilegal isenção do ISS, imposto sobre serviços, nos estádios de futebol, proposta feita sem estudos tributários a contragosto do prefeito Ricardo Nunes, e manteve a ampliação exagerada e dispersa da área passível de uma verticalização sem limites.

O Estatuto da Cidade exige que ele seja formulado com critérios técnicos, de forma participativa que não se limita às audiências públicas formais. A participação deve criar consensos progressivos para respald